



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Mundo do trabalho.**

**PRONATEC: ENTRE O FETICHE DA EDUCAÇÃO TÉCNICA E A  
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

**Kathiuça Bertollo<sup>1</sup>**

**Resumo**

Este artigo reflete acerca do PRONATEC buscando evidenciar a relação entre educação técnica e a superexploração da força de trabalho. Para tanto, será problematizado acerca da construção ideológica que fetichiza a educação técnica atualmente no país e acerca da condição da classe trabalhadora, que é de superexploração. Partimos da premissa de que este programa não apresenta uma real possibilidade de superação da condição de *Superexploração da Força de Trabalho* pela classe trabalhadora brasileira, pois atende prioritariamente os interesses do Capital já que é requisição deste sistema a (trans)formação dos Homens em trabalhadores assalariados.

**Palavras-chave:** Educação. PRONATEC. Superexploração da força de trabalho.

**PRONATEC: BETWEEN THE FETISH OF TECHNICAL EDUCATION AND  
THE OVEREXPLOITATION OF THE WORKFORCE**

**Abstract**

This article reflects about PRONATEC attempt to clarify the relationship between technical education and the overexploitation of the workforce. To do so, it will be questioned about the ideological construction that fetishizes technical education currently in the country and about the working-class condition, which is overexploitation. We start from the premise that this program does not provide a real possibility of overcoming Overexploitation condition Workforce by Brazilian working class, because primarily serves the interests of capital as it is requesting this system the (trans)formation of Men in employees.

**Keywords:** Education. PRONATEC. Overexploitation of the workforce.

**INTRODUÇÃO**

O artigo que ora apresentamos pode ser considerado uma continuidade da discussão iniciada quando da elaboração da dissertação de mestrado em Serviço Social na qual nos propomos a analisar a contraditória relação entre o trabalho superexplorado e o direito à política de assistência social no estado de Santa Catarina. Nossa proposta de estudo, agora em nível de doutoramento, remete para a continuidade dessa discussão, porém adota como um dos principais objetos de análise o PRONATEC, mais

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

especificamente o PRONATEC/BSM uma de suas modalidades e que é desenvolvida a partir da política de assistência social. Sendo assim, este artigo compõe um quadro maior que está sendo realizado no que se refere à aproximação, problematização e análise crítica deste programa.

O PRONATEC tem pouco mais de cinco anos de criação pelo governo federal. Podemos dizer que ainda é um programa recente no país, mesmo assim é expressiva sua evidência e destaque na mídia e pelos órgãos governamentais como a “alternativa milagrosa” para “dar fim” à falta de qualificação profissional e ao desemprego, e consequentemente fazer com que a população brasileira ascenda social e economicamente.

Diante disso, nos propomos a analisar criticamente – mesmo que de forma breve e ainda incipiente - este recente movimento de formação de força de trabalho minimamente capacitada no intuito de problematizar e evidenciar elementos estruturais da nossa realidade política, social e econômica enquanto país periférico e dependente e que remete a classe trabalhadora à condição de Superexploração da força de trabalho.

Vivemos, neste início de século XXI, um contexto de acirramento das condições de vida, de sobrevivência, de trabalho das maiorias, resultado da relação ‘Capital X Trabalho’, sua reprodução ampliada e de seu acirramento manifesto nas crises estruturais e cíclicas do capital. Conjuntura esta, que é permeada por diferentes fatores e elementos, quais sejam: políticos, econômicos, culturais, ideológicos, sociais. Nesse bojo situa-se a ‘educação’.

Partimos do pressuposto de que a educação deve ser compreendida muito para além da mera escolaridade formal, muitas vezes precarizada e que se volta para o atendimento de interesses que não se alinham ao coletivo das massas oprimidas nesta sociabilidade regida pela lógica do capital. Assim sendo, coadunamos nosso entendimento e nossa posição com a perspectiva de educação que MEZSÁROS (2004) enfatiza em sua obra “Educação para além do Capital”, isto é, uma educação que deve estar alinhada e servir de instrumento à perspectiva de emancipação da classe trabalhadora.

No entanto, o que vivenciamos é a degradação cotidiana dessa possibilidade. Queremos dizer que, o que prepondera neste início de século XXI, é o desmonte da educação enquanto política social pública de um lado e a ênfase na sua mercantilização,

de outro. É expressivo o avanço do Ensino à distância (EAD) – ofertado por grandes grupos econômicos de capital privado, em detrimento da abertura de escolas e universidades públicas. É enfatizada a educação técnica, voltada unicamente para a formação de um exército industrial de reserva com formação mínima, apto a ser requerido pelo capital, em detrimento de práticas educativas que potencializem os indivíduos no auto reconhecimento enquanto ser humano genérico e sujeito capaz de alterar a realidade, isto é, construir a história diferentemente do que se tem construído e vivido nestes séculos de capitalismo.

Nesse sentido, nos propomos nas linhas que seguem, a refletir acerca do PRONATEC. Programa este que se situa, no nosso entendimento, no diâmetro que compreende desde o fetiche à educação técnica atualmente em voga no Brasil até a condição sócio-histórica da classe trabalhadora brasileira, que é de superexploração da força de trabalho.

### **1- A sociabilidade capitalista: breves apontamentos sobre a particularidade latino-americana.**

Adentramos no século XXI inseridos num contexto de extremas contradições econômicas, sociais, políticas, culturais, próprias do modo de produção capitalista vigente. Contradições estas que se acentuam a partir das crises cíclicas e estruturais do capital. (Mészáros, 2009).

Considerando esta sociabilidade é possível afirmar que nos marcos do Continente Latino-Americano estas contradições são perpetuadas e agravadas século após século fazendo com que a condição de países dependentes e explorados perdure desde a colonização até os dias presentes.

Assim, pensar a América Latina requer situá-la enquanto continente submetido à lógica da dependência (Marini, 2005) e da espoliação/expropriação pelos países de capitalismo central, seja ao que se refere à terra, recursos naturais, à natureza de maneira geral, mas também à expropriação dos trabalhadores, de sua força de trabalho.

Marini (2000, p. 47) diz acerca disso que

[...] a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, que se expressa hoje de maneira mais evidente na internacionalização da exportação de capitais e na subordinação tecnológica dos países mais fracos. (MARINI, 2000, p. 47).

Nesse sentido, a condição de subdesenvolvimento desses países é a condição para o desenvolvimento de outros - relação que se dá pela transferência do valor produzido na periferia para o centro do capitalismo mundial-, ou seja, o que ocorre é um antagonismo que contraditoriamente se complementa e mantém a lógica da acumulação capitalista a nível mundial.

Nesse contexto e ainda referenciando Marini (2005, p. 156) é relevante mencionar quando este autor nos diz que “[...] o efeito do intercâmbio desigual é – na medida em que lhe coloca obstáculos à sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente”.

Considerando a situação de dependência da América Latina, em que prevalecem relações econômicas desiguais com os países de capitalismo central, a alternativa assumida pelas burguesias nacionais para fazer frente ao processo de perda da mais-valia, é uma maior exploração do trabalhador, isto é, superexplorar a força de trabalho. É, portanto sobre a classe trabalhadora que recaí o ônus da condição de países dependentes, uma vez que se acentuam os mecanismos de exploração desta pelo Capital, o que gera de modo crescente e histórico o pauperismo de grande parcela da população.

Podemos dizer, referenciando (OSÓRIO, 2009) e este de acordo com as postulações de Marini (2005) que ocorre uma ‘violação’ do valor da força de trabalho, uma vez que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, caracterizando desta forma uma superexploração do trabalho.

A condição de superexploração da força de trabalho, para acontecer, utiliza-se segundo Marini (2005), dos seguintes mecanismos: intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Podemos dizer que tais mecanismos evidenciam-se tanto numa maior produção de mercadorias durante a jornada de trabalho, seja por meio de tecnologias que possibilitam isso, bem como de uma maior produção de mercadorias numa jornada de trabalho que é ampliada. Exemplo dessa ampliação da jornada de trabalho são as horas extras, o banco de horas, etc. Além disso, o trabalhador é superexplorado quando lhe é expropriado parte do trabalho necessário, isto é, pagando-lhe baixos salários; uma vez

que é por meio do salário que este irá recompor sua força de trabalho, seja na aquisição de alimentos, medicamentos, moradia, transporte, etc.

Considerando o acima exposto, podemos afirmar que é visível, a partir das últimas três décadas do século XX, um acirramento das relações/alterações no mundo do trabalho, consequências diretas do avanço e efetivação do neoliberalismo bem como da crise estrutural do capital que requer medidas restritivas para com a classe trabalhadora a fim de reestabelecer o padrão de acumulação anteriormente vivido pelos detentores do capital.

Assim sendo, medidas como: flexibilização e restrição dos direitos trabalhistas, terceirização, ênfase na lógica do empreendedorismo, apropriação do Fundo Público pelo capital seja por meio de pagamentos de juros e/ou amortização da dívida pública dos Estados Nação dependentes dos organismos financeiros internacionais, etc, incidem e repercutem diretamente sobre a classe trabalhadora de forma negativa, vulnerabilizando-a ainda mais perante o Capital e suas formas de produção e reprodução.

Contribuem para tanto, processos como a globalização/mundialização do capital em que ocorre a transposição de barreiras territoriais, o avanço e a afirmação do capital financeiro especulativo como forma de sugar grande parte do excedente socialmente produzido e apropriado pelo Estado (exemplo disso: os títulos da dívida pública), a conformação das empresas em corporações multinacionais e sua influência direta na economia das nações nas diferentes e mais remotas partes do globo, os avanços tecnológicos - principalmente no setor da informática e microeletrônica, dentre outros fatores que acentuam as vulnerabilidades sofridas/vividas pela classe trabalhadora nesta atual fase imperialista/monopolista do capitalismo. Tais fenômenos são reflexos da perpetuação do ciclo de acumulação do capital que reproduz a contradição entre sujeitos (burguesia e classe trabalhadora) e entre nações (dominantes e dominadas).

Paralela e contraditoriamente a este movimento do real, vivenciamos nesta década de 2010 no Brasil tempos de ênfase na divulgação oficial de estimativas positivas em relação ao mercado de trabalho, emprego e crescimento econômico. Nesse fluxo, foram criados programas, dentre eles o PRONATEC com sua ampla abrangência em diversos setores/áreas, que objetivam capacitar e inserir os trabalhadores no mercado

de trabalho tomando como referência o discurso de que “há emprego, mas falta mão de obra qualificada”.

Tais ações possuem referência direta ao movimento de criação de consensos entre as diferentes classes sociais e nesse sentido é preciso considerar o lugar e a função do Estado e das políticas sociais a partir de

Sua condição de engrenagem econômica – orgânica ao processo de valorização de capital – é superposta pelo requerimento político-ideológico do processo de legitimação, tanto da natureza da ação estatal, quanto do próprio processo de acumulação em si, diante do propósito de obtenção do consenso com as classes sociais, especialmente as subalternas. Tais configurações são acionadas simultaneamente aos mecanismos políticos voltados para a contenção de conflitos sociais, decorrentes do crescente processo de pauperização e aprofundamento da desigualdade social que afeta os países capitalistas de maneira geral e, singularmente, as nações periféricas, como o Brasil e os demais países latino-americanos. (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2012, p. 38).

Cabe, portanto, problematizar essa ênfase assumida pelas políticas sociais públicas de contribuir com o processo de qualificação, inserção e submissão da força de trabalho à lógica do sistema capitalista. Consideramos que mais do que um elemento para amortizar a luta de classes, as políticas sociais devem ser estratégias para tensionar a lógica predatória do Capital e impulsionar a classe trabalhadora no acesso e possibilidade de usufruir do excedente produzido socialmente, ou seja, proporcionar a satisfação das necessidades humanas básicas. (PEREIRA, 2011), bem como na construção de outra ordem societária, em que seja superado o trabalho assalariado e a propriedade privada dos meios de produção, conseqüentemente uma sociedade liberta da exploração decorrente destes fundamentos/eixos basilares do capitalismo.

Diante disso, torna-se necessário e relevante evidenciar que neste ‘mar de rosas’ propagado acerca do mercado de trabalho no Brasil, persiste a contradição sociomaterial central entre Capital e Trabalho; em que se perpetua num extremo a acumulação, a concentração e a centralização do Capital e em outro extremo, porém diretamente vinculado, o pauperismo, a condição de miséria material e espiritual de grande parcela da população; uma vez que este paradoxo é o componente fundamental e necessário para a perpetuação da lei geral da acumulação capitalista. Nesse sentido, a mera inserção no mercado de trabalho por si só não garante a superação da condição de sujeitos dominados e (super)explorados pelo Capital, mas tende a reforçar e a manter esta que é uma condição própria e estruturante deste modo de produção.

Ao encontro desta reflexão, destacamos o contundente dizer de Paiva, Rocha e Carraro (2012, p. 40):

[...] a dinâmica dependente impossibilita a reprodução dos mecanismos de proteção social, para além dos absolutamente necessários à conservação desse padrão de acumulação, que comporta o abandono das classes ao constrangimento daquilo que Marx e Engels (2007) chamaram de “meras condições materiais de existência”. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2012, p. 40).

Para melhor esclarecer, podemos nos utilizar também das palavras de SOTELO (2009 p. 167) quando nos diz que “[...] ambos, capital e trabalho, não podem existir separadamente, e somente se configuram tal como são dentro do sistema de exploração e dominação”.

## **2- PRONATEC: elementos acerca de sua caracterização e abrangência**

O PRONATEC foi instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e conforme consta no seu Art. 1º possui como objetivos:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Evidencia-se, portanto, normativa e legalmente a ênfase na qualificação profissional por meio de cursos de *formação inicial e continuada*, voltados para a inserção no mercado de trabalho. Estes cursos estão previstos para serem ofertados por instituições como as unidades do sistema nacional de aprendizagem (SENAC e SENAI) e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, são gratuitos aos participantes.

É vasta a opção de cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional ofertada. Segundo o *Guia Pronatec de Cursos FIC - 3ª Edição* (Portaria MEC nº 899, de 20 de setembro de 2013) são precisamente 644 cursos, dentre os quais citamos: zelador, vigilante, vendedor, tratorista agrícola, trabalhador doméstico, torneiro

mecânico, soldador MAG naval, recepcionista de eventos, pedreiro de alvenaria, etc. A carga horária de cada curso varia de 160 horas a 400 horas.

Também são ofertados cursos técnicos para quem concluiu o ensino médio e para quem está matriculado no ensino médio, ambas as modalidades com duração mínima de um ano. Estes cursos estão organizados em 13 eixos tecnológicos, dentre os quais citamos: produção industrial, controle e processos industriais, gestão e negócios, infraestrutura, militar, dentre outros.

Segundo dados disponíveis em (<http://www.pronatec2015.com/expectativas-pronatec-2015/>): No ano de 2014 foram matriculados mais de 4 milhões de alunos em cursos do Pronatec já a expectativa do governo para 2015 era dobrar o número de vagas para 8 milhões, para tanto o Governo Federal pretendia investir mais de R\$ 14 bilhões em cursos.

Percebe-se, portanto, que a lógica assumida pelo Estado é de inserção dos indivíduos no mundo do trabalho assalariado, inclusive. A título de exemplificação ‘o direito ao trabalho’ está previsto na Constituição Federal de 1988, em diferentes Planos/ Políticas de Intervenção e Proteção a diferentes públicos, tais como: mulheres, pessoa com deficiência, adolescentes, idosos, quilombolas, indígenas, etc.

Evidencia-se então um paradoxo neste acesso a um direito, uma vez que, também significa submeter os indivíduos à única possibilidade/liberdade que lhes cabe nesta sociabilidade burguesa, que é a da venda da força de trabalho para sobreviver.

Assim sendo, Offe e Lenhardt (1984, p. 17) nos auxiliam a entender tal movimento, quando dizem que

A transformação em massa da força de trabalho *despossuída* em *trabalho assalariado* não teria sido nem é possível sem uma *política estatal*, que não seria, no sentido restrito, “política social”, mas que da mesma forma que esta, contribui para integrar a força de trabalho no mercado de trabalho. (OFFE; LENHARDT, 1984, p. 17).

Tal movimento contemporâneo evidencia, ao nosso entender, ‘o velho travestido de novo’<sup>2</sup> – referência que fazemos a *Poor Law* (Leis dos Pobres) instituídas na

---

<sup>2</sup> Em seu pronunciamento durante a cerimônia de formatura de 450 alunos do PRONATEC/BSM em Porto Alegre-RS no dia 06/09/2012, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, destacou que a população pobre do país está afirmando cada vez mais que também quer capacitação profissional e melhores oportunidades de emprego e renda. *"Muita gente no Brasil não acredita e não quer acreditar que o pobre quer trabalhar. Esta formatura é mais uma prova disso."* Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/setembro/procura-pelo-pronatec-mostra-que-pobres-querem-trabalhar-diz-ministra>>. Acesso em: 1º mar. 2016 às 18h35min.



Inglaterra desde o século XIV, em que os pobres eram obrigados, sob pena de prisão, a *venderem* sua força de trabalho, sob qualquer condição -, nos reportamos às palavras de Paiva *et al.* (2012, p.105) quando nos dizem que “[...] concepções e práticas que mesclam o novo e o arcaico são problemáticas para a transformação das estruturas que alimentam o sistema que anestesia almas e desmobiliza a luta”.

Nesse sentido, é importante ainda evidenciar a questão ideológica que perpassa este debate da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, ação esta que abarca prioritariamente a população pobre brasileira.

Se de um lado é construída toda uma perspectiva ideológica de que esta estratégia é a “tábua salvadora” do sujeito desempregado e sem formação profissional, fazendo-o crer que a mera qualificação profissional o fará ascender social e economicamente; de outro lado existe a perspectiva ideológica ‘do mérito de acesso’ a determinadas políticas sociais como, por exemplo, o mérito do acesso à assistência social.

Refletindo sobre este ‘*velho sempre novo dilema*’ Couto (2015, p. 668-669) afirma que “[...] não é possível em um processo civilizatório digno que os homens sejam obrigados a transformarem-se em escravos, compactuando com a ideia de que é preferível um trabalho escravo à dependência de um benefício assistencial”.

Isto é, constroem-se argumentos que apenas os incapazes devem ter o direito de acessar determinados serviços públicos, para os demais – sujeitos em idade e condições ‘normais’- propaga-se a ideia de que devem “correr atrás do seu ganha pão!”. Assim pré-conceitos como o da vagabundagem, da falta de empenho e de esforço para melhorar de condição de vida são utilizados para reforçar a inserção – quase que: compulsória/forçada, mas que é legalmente instituída (como no caso do acesso ao seguro-desemprego<sup>3</sup>) ao mercado de trabalho e conseqüentemente à condição de Superexploração.

### **3- Educação “*para além do capital*” ou para manter o capital? O PRONATEC em evidência.**

---

<sup>3</sup> - Consultar a Lei Nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (e suas alterações posteriores) que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

— A vitória do Brasil no WorldSkills<sup>4</sup> é uma vitória do Pronatec. Isto muda o papel da educação profissional no país. Não faz mais sentido pensar que ela é inferior. Nossos esforços foram consagrados internacionalmente. *Os caminhos entre a educação e o mundo do trabalho só vão crescer* — defende Renato Janine, ministro da Educação<sup>5</sup>. (Grifos nossos).

É sabido que a mídia cumpre um papel doutrinador/adestrador/ideológico. Considerando isso, evidenciaremos ao longo deste item alguns extratos de reportagens que demonstram aquilo que temos por pressuposto: *a funcionalidade da qualificação profissional ao capital* seja por meio da educação técnica ou de cursos de curta duração que visem a melhoria da qualificação profissional dos sujeitos, sejam eles jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas<sup>6</sup>, comunidades quilombolas<sup>7</sup>.

Esta mesma reportagem segue seu postulado dizendo que: “No caso de Luís<sup>8</sup>, *o ensino técnico realmente mudou sua vida. Aos 12 anos, o garoto estudava e fazia bicos numa fábrica de doces. Ao visitar uma unidade do Senai com um amigo, viu qual caminho queria seguir*”. Prossegue, evidenciando uma fala do referido adolescente, qual é: “— Quando vi o que eles faziam com os carros, eu pensei “Bicho, vou fazer isso”. *Em uma semana tendo aula já fui indicado para um trabalho em uma empresa de ônibus. Quando terminei o curso, o Senai me chamou para participar das competições de Tecnologia Automotiva*”<sup>9</sup>. Fonte:

Buscando analisar tais afirmações à luz da teoria social crítica, ponderamos que: requerer e utilizar a força de trabalho de um adolescente seja numa fábrica de doces ou numa fábrica automotiva tem pouca ou nenhuma diferença estrutural.

A questão central que perpassa estas situações não se altera, isto é, a situação da venda da força de trabalho se põe em ambos os casos. Difere, no entanto que, no primeiro ela é “desprotegida” pelo Estado e conseqüentemente considerada “imoral,

---

<sup>4</sup> “É a principal competição internacional de ensino técnico”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-do-pronatec-vencem-competicao-mundial-de-ensino-tecnico-em-plena-crise-do-programa-17215732#ixzz42FizMHRm>>.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-do-pronatec-vencem-competicao-mundial-de-ensino-tecnico-em-plena-crise-do-programa-17215732#ixzz42FizMHRm>. (Grifos nossos).

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.pronatec2015.com/pronatec-forma-profissionais-nas-reservas-indigenas/>>.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-de-acesso-a-politicas-publicas-do-pbq>>.

<sup>8</sup> Adolescente brasileiro que teve a maior pontuação na prova mundial de ensino técnico. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-do-pronatec-vencem-competicao-mundial-de-ensino-tecnico-em-plena-crise-do-programa-17215732#ixzz42FoKIDbu>>.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-do-pronatec-vencem-competicao-mundial-de-ensino-tecnico-em-plena-crise-do-programa-17215732#ixzz42FizMHRm>>. (Grifos nossos)>.

danosa”. Como no segundo caso ela torna-se “requerida e protegida” como num passe de mágica ela é reverenciada. Sabemos que se trata de uma construção ideológica de doutrinação da classe trabalhadora desde muito cedo, afinal “o trabalho dignifica o homem!”, dizem os apologetas do capital.

Pensar a educação ou as demais políticas sociais num sentido de tensionamento desta ordem é considerar que este sujeito –adolescente- deveria estar inserido e receber uma ‘educação’ que potencializasse sua condição de gênero humano nos mais variados aspectos, desde os que despertassem seus sentidos e o instruissem às artes (música, literatura, cinema, etc) bem como ao conhecimento e domínio dos mais variados âmbitos que o homem aprendeu a controlar no intercâmbio eliminável com a natureza, isto tudo objetivando, é claro, a satisfação das suas necessidades e não a mercantilização.

Assim, concordamos quando autores analisam criticamente este avanço da educação técnica no Brasil recente. Tal movimento inscreve-se num contexto maior de ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora num contexto recessivo ao que se refere à lucratividade, e possui a interferência direta do Estado, como instituição “mediadora” desta contraditória e exploratória relação entre a burguesia e o proletariado/classe trabalhadora.

Dessa forma, a afirmação de MARX e ENGELS (1848) de que o “Estado é o comitê executivo da burguesia” se reafirma literalmente nesta primeira e início de segunda década dos anos 2000. O que temos é um Estado cooptado e servil à lógica predatória dos representantes do capital, que cumpre um papel fundamental de intermediar, manter e aprimorar o processo de compra e venda da força de trabalho, isto é, de perpetuar a lógica do trabalho assalariado e manter os trabalhadores distantes do controle dos meios de produção, perpetuando a lógica privada de posse destes, consequentemente a manutenção do capitalismo.

Assim, mais do que ofertar escolaridade, mais do que ofertar qualificação profissional, mais do que ofertar educação técnica o que a classe trabalhadora necessita e requer para fortalecer seu lado na luta de classes é da construção sólida e coerente de estratégias que tenham como horizonte uma sociedade emancipada.

Não bastam ações pontuais, imediatas e reformistas que objetivam no máximo o acesso a alguns bens materiais à custa do endividamento de longo prazo dos sujeitos, à

custa deste ter que se submeter a horas extras ou a condições que diminuem seu tempo de vida (útil ao capital e tempo de vida total) para quitar sua casa própria, automóvel, alimentação, saúde- necessidades básicas de sobrevivência; condições próprias destes trópicos em que a superexploração da força de trabalho é regra que atinge a todos trabalhadores, sejam eles melhor ou menos qualificados profissionalmente, uma vez que esta é o fundamento da condição de capitalismo dependente.

Para fazer frente a tal contexto, TONET (2012, p. 42) nos diz que:

[...] a atividade educativa cotidiana voltada para o objetivo da emancipação humana não traz nenhum grande sucesso aparente. Além do mais, tem que lutar contra a corrente, que é extremamente forte e que engloba não só as vertentes conservadoras, mas também a maioria das chamadas progressistas. (TONET, 2012, p. 42).

Tem-se, portanto, que o PRONATEC de nada possui “de grande novidade positiva à classe trabalhadora”, esta mais, em nosso entender, pra uma “roda viva” tal como nos alerta Chico Buarque:

*[...] A gente vai contra a corrente  
Até não poder resistir  
Na volta do barco é que sente  
O quanto deixou de cumprir  
Faz tempo que a gente cultiva  
A mais linda roseira que há  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega a roseira pra lá [...].*

### **Considerações finais**

Nas linhas anteriores procurou-se demonstrar a configuração e a ênfase assumida pelo Estado brasileiro na profissionalização e inserção de grande parcela da população (principalmente a que está em situação de desemprego e com pouca ou nenhuma formação profissional) no mercado de trabalho, para que desta forma, supostamente, superem a condição de pobreza e miséria no qual se encontram.

Comprendemos que tal movimento assumido e desenvolvido pelo PRONATEC possui uma ambígua requisição material e ideológica, uma vez que de um lado estão aqueles que reconhecem a qualificação profissional como uma possibilidade de acesso ao mercado de trabalho e conseqüentemente a um emprego, a um salário pelo qual

poderão sobreviver; e de outro lado existe uma lógica de requisição/formação de um quadro de força de trabalho minimamente qualificada passível e disposta de ser requisitada quando o Capital necessitar. Além de que, ao garantir um quadro de trabalhadores com uma formação mínima também se torna possível manipular (ainda mais para baixo) o valor dessa força de trabalho, isto é, pagar baixos salários, situação que conforme já demarcamos ao longo do texto, em nossa realidade de capitalismo dependente e periférico, se expressa na violação do valor da força de trabalho, ou seja na superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, entendemos que o PRONATEC ao reduzir-se à apenas mais uma estratégia de inserção no mercado de trabalho nos moldes desta sociabilidade pautada na exploração e contradição entre classes sociais, e ao não tensionar e muito menos buscar romper com esta condição, cumpre uma importante função ideológica na reprodução do sistema capitalista e na *desvirtuação* do debate e avanço acerca da superação desta contraditória sociabilidade neste continente historicamente marcado pela espoliação, expropriação e pela dependência social e econômica.

Dessa forma, nos resta acompanhar e analisar o desenvolver deste movimento ainda muito recente na história brasileira e que atualmente permanece sendo referenciado como “*grande novidade e avanço*”, porém, a partir do nosso entendimento e posicionamento ético, político e ideológico, nada mais do que uma estratégia “*velha conhecida*” deste sistema que rege e organiza a produção e reprodução social do Homem a partir da exploração de poucos sobre muitos com expressiva contribuição estatal.

Abordar a temática que nos propomos, não é tarefa fácil, pois se situam no âmago desta discussão categorias tais como: ‘Trabalho’, ‘superexploração da força de trabalho’, ‘ideologia’, políticas sociais – especialmente a educação e a assistência social, que se entrelaçam quando da proposição de uma maior qualificação profissional para a classe trabalhadora. Ação esta utilizada no discurso de que irá contribuir com a ascensão social desta imensa maioria de sujeitos latino-americanos/ brasileiros que se situam na linha da pobreza, miséria ou em alguma faixa/classificação sociológica que os define

como ‘nova classe média’<sup>10</sup>, no entanto sem superar seu lugar histórico, econômico e socialmente construído que é o de sujeitos superexplorados.

Dito isto, assumimos determinados enunciados como regras gerais desta questão ora abordada, são eles:

- A qualificação profissional situa-se num contexto de avanço da ideologia e prática neoliberal assumida pelo Estado (em sua face enquanto governos brasileiros) a favor do capital.

- A função social desta ação (qualificação profissional) nada mais é do que contribuir para uma maior acumulação de capital aos que detém os meios de produção e manter aqueles que detém apenas a sua força de trabalho como forma de sobrevivência sob o cabresto econômico e social.

- A formação de um exército de reserva minimamente qualificado contribui no barateamento do valor da força de trabalho. A classe trabalhadora se torna cada vez mais vulnerável aos desmandos do capital, cotidianamente lhe resta desde a se submeter a baixos salários, à flexibilização dos direitos trabalhistas, à lógica incessante, prolongada e intensificada de produção de mercadorias, dentre outros ataques.

- As políticas sociais, dentre elas a educação e a assistência social devem ser canais de tensionamento da ordem hegemônica nesta sociabilidade burguesa e não serem reduzidos a instrumentos de manutenção desta. Para tanto a educação não deve ser reduzida à educação técnica, nem mesmo apenas à questão de escolaridade; e a assistência social não deve ser reduzida a meras ações (necessárias), mas com forte caráter compensatório, como: programas de transferência de renda, parques beneficícios, programas, projetos e serviços, quando existentes.

- “Ascender socialmente” deve significar, no nosso entender, “ascender humanamente – todos”, isto é, deve ser a superação desta ordem societária que nos termos de K. Marx é a *pré-história da humanidade*. Apenas quando forem superados os fundamentos do capitalismo: trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção sairemos deste contexto de barbarização a que estamos submetidos.

---

<sup>10</sup> Para maior aprofundamento sugere-se o texto de Mathias Seibel Luce: **Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100010&script=sci_arttext)>.

- Sem a superação destas condições entendemos que não há ‘qualidade de vida’, condição de cidadãos e liberdade; mas sim fetichização em relação ao acesso aos bens e produtos sociais, uma vez que nada mais são do que mercadorias que podem ser compradas – inclusive a educação.

Assim, desfechamos esta breve reflexão afirmando que há pertinência neste debate, há urgência de realizá-lo a fim de contribuir com o fortalecimento das lutas sociais ‘dos de baixo’, bem como, ao considerar nosso lugar de assistente social – trabalhador assalariado, docente – que assume e reconhece a educação enquanto um espaço de tensionamento desta ordem (im)posta atualmente, e acima de tudo enquanto sujeito parte da classe trabalhadora que anseia em conhecer e viver dias melhores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998. Brasília (DF): Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.513. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).** Brasília (DF), 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. *In:* SANTOS, Theotonio; SADER, Emir [coords]; MARTINS, Carlos Eduardo, VALENCIA, Adrian Sotelo [orgs]. **A América Latina e os desafios da globalização.** Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Boitempo, 2009. p. 251-264.

COUTO, Berenice R. Assistência Social: direito social ou bem-estar? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In:* TRANSPADINI, R.; STÉDILE (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. v. 1. 29 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011. cap. V a XIII. p. 207 – 569.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. vol. 2. 29 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011. cap. XIV a XXIII. p. 573 – 823.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/>>.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. 1 ed., 4 reimp. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.  
Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em:  
<<http://portal.mte.gov.br/portal-mte>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

OFFE, Claus; LENHARDT, G. Teoria do Estado e política social. *In*: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSORIO, Jaime. Dependência e Superexploração. *In*: SANTOS, Theotônio; SADER, Emir [coords]; MARTINS, Carlos Eduardo, VALENCIA, Adrian Sotelo [orgs]. **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Boitempo, 2009, p. 167-187.

PAIVA, Beatriz A. de; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília (DF), v. 12, p. 147-175, 2010.

PAIVA, Beatriz A.; OURIQUES, Nildo Domingos . Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?. **Katalysis**, v. 9, p. 166-175, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crise dos mínimos sociais. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRONATEC. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

PRONATEC. Disponível em: <<http://www.pronatec2015.com/expectativas-pronatec-2015/>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**, São Paulo: Expressão Popular. 2005.

VALENCIA, Adrian Sotelo. Lei do Valor e mundialização do capital. *In*: **A Reestruturação do mundo do trabalho: Superexploração e novos paradigmas da organização do Trabalho**. Uberlândia: EDUFU. 2009.